



Revista
Tópicos Educacionais

Revista Tópicos Educacionais

E-ISSN: 2448-0215

revistatopicoseducacionais.ce@ufpe.br

Universidade Federal de Pernambuco

Brasil

Henrique Marques, Alexandre; Souza Rios, Verluce

Análise da Inclusão e da Acessibilidade no Ensino Superior: Um Sonho que se Tornou
Realidade

Revista Tópicos Educacionais, vol. 23, núm. 2, julio-diciembre, 2017, pp. 24-54

Universidade Federal de Pernambuco

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=672770875002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Revista

Tópicos Educacionais

ISSN: 2448-0215 (VERSÃO ON-LINE)

Análise da Inclusão e da Acessibilidade no Ensino Superior: Um Sonho que se Tornou Realidade

Analysis Of Inclusion And Accessibility In Higher Education: A Dream That Has Come True

Alexandre Henrique Marques
Centro Universitário Campos de Andrade- UNIANDRADE
alexandremarques.pedagogo@hotmail.com

Verlucé Souza Rios
Faculdade Joaquim Nabuco
verlucé_22@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar o processo de inclusão e acessibilidade de estudantes com deficiência no ensino superior. Para tal optamos pela realização de uma pesquisa com abordagem quali-quantitativa (CRESWELL, 2007) e bibliográfica (MATOS & VIEIRA, 2001). Utilizamos como instrumento de coleta de dados o questionário (MARCONI & LAKATOS, 2003). Os sujeitos da pesquisa foram nove estudantes com deficiência. Nossa análise seguiu a perspectiva da análise de conteúdos (BARDIN, 2006). Os resultados apontaram que a inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior ainda enfrentam barreiras, e que as instituições ainda não estão preparadas para garantir um atendimento educacional de qualidade para esse público. Apontaram também esse processo inclusivo vai muito além da realização de um sonho pessoal, representa uma nova perspectiva de qualidade de vida para os inclusos que passam a atuar em espaços antes inacessíveis da nossa sociedade.

Palavras-chave: Inclusão no Ensino Superior, Acessibilidade, estudante com deficiência.

ABSTRACT

The present article aims to analyze the inclusion and accessibility of students with disabilities to higher education. In order to do so, a research with qualitative (CRESWELL, 2007), and bibliographic approaches (MATOS & VIEIRA, 2001) was performed. We utilized a questionnaire (MARCONI & LAKATOS, 2003) to collect information. Our analysis followed the content analysis perspective (BARDIN, 2006). Our results showed that the inclusion of students with deficiencies to higher education still faces problems, and that higher education institutions still are not prepared to assure an educational experience with quality to this public. Results also pointed that this inclusive process goes beyond self-realizations; it represents a new perspective of health quality to those included because they start to work on spaces never reachable before in our society by this group.

Keywords: Inclusion to Higher Education, Accessibility, Student with Deficiency.

INTRODUÇÃO

O objetivo central deste artigo científico é analisar o processo de inclusão e acessibilidade de estudantes com deficiência no ensino superior, sabemos que a inclusão é um processo em andamento, uma marcha de apenas 25 anos, ou seja, relativamente nova, e que outrora não tínhamos nem estudantes com deficiência nas instituições de ensino. Na atualidade a inclusão constitui-se em uma luta pela efetivação desse processo, aonde o estudante com deficiência consiga não apenas adentrar o ambiente escolar, mais permanecer e ter condições de equipara-se com os demais estudantes.

A consecução do processo de inclusão de todos os alunos na escola básica ou na universidade não se efetua apenas por decretos ou mesmo leis, pois requer uma mudança profunda na forma de encarar a questão e de propor intervenções e medidas práticas com a finalidade de transpor as barreiras que impedem ou restringem o acesso e permanência de pessoas com deficiência. (ROCHA & MIRANDA, 2009, p. 198)

Compreendendo a inclusão como um paradigma, que demanda um processo de ressignificação não só das concepções, como também das práticas de todos os envolvidos nesse processo, pois as pessoas com deficiências estão inseridas na diversidade humana, e, portanto, a educação inclusiva transcorre por diferentes configurações, embasada nos princípios de igualdade e de diferença compreendendo-os como valores indissociáveis.

Logo, “a inclusão deve ser considerada como um processo que ocorre ao longo da vida, abarcando desde tenra infância até a velhice tardia. Deve ocorrer em todos os

ambientes de vida ou naqueles que a pessoa frequentar” (ARAÚJO, 2008, p. 11 - 12). Portanto, incluir é processo contínuo que vai estendendo-se à medida que se necessita promover o acesso e a condição de desenvolver-se nos mais diferentes espaços sociais. Frente ao exposto:

Um mundo inclusivo é um mundo no qual todos têm acesso às oportunidades de ser e de estar na sociedade de forma participativa; onde a relação entre o acesso às oportunidades e as características individuais não são marcadas por interesses econômicos, ou pela caridade pública. (CARVALHO, 2000, p.111)

Nessa perspectiva, a educação inclusiva no ensino superior torna-se um importante aparelho de mobilização e promoção da reflexão sobre as práticas de ensino-aprendizagem e o papel da academia como promotora e incentivadora da inclusão que vai além das paredes físicas das instituições de ensino. Corroboramos com Mantoan (1997) e Sasaki (1997) que afirma que a inclusão questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e regular, mas também o conceito de mainstreaming. Percebemos que a noção de inclusão estabelece a admissão de uma forma mais radical, completa e sistemática.

Não se admite mais integrar a pessoa com deficiência ao ambiente educativo obrigando-a a adaptar-se ao espaço, é preciso incluir o estudante com deficiência aos ambientes que anteriormente foram excluídos, o que admite-se na contemporaneidade, sobretudo, como um direito legítimo de todos os indivíduos com deficiência que precisam estar dentro dos diferentes espaços não só escolares em equiparação de condições para uso dos mesmos, é que tais espaços se adequem às necessidades e particularidades de cada indivíduo que chegue até eles.

Devemos ter em mente que nesse processo inclusivo, que por muitas vezes é compreendido por parte da sociedade como sendo um “favor”, na verdade produzirá benefícios não só para o estudante em processo de inclusão, como também beneficia a todos aqueles que estarão direta ou indiretamente envolvidos nesse processo. Tendo em vista que, coexistir com a diversidade humana favorece a construção de novas relações e experiências que são tão imprescindíveis e essenciais na formação humana contemporânea, sobretudo, no desenvolvimento de docentes, profissionais e estudantes que alargam a concepção de conceitos primordiais como justiça e direito (LIMA & SILVA, 2008)

A escolha da referida temática deve-se a necessidade de elaborarmos o nosso trabalho de conclusão do curso de Especialização em Educação Especial, como também, por compreendemos que a inclusão dos estudantes com deficiência no ensino superior tem uma importância que transpõe os limites acadêmicos, pois não só os preparam para a vida profissional na sociedade, mais confere a estes por muitas vezes, a realização de um sonho que lhes permite essa inserção social não como “caridade”, mas, sobretudo, como um ser social dotado de capacidades para enfrentar e resolver problemas como quaisquer outros independentemente das especificidades de sua deficiência.

E erroneamente quando falamos de acessibilidade, têm-se a ideia de que basta alargar portas e criar rampas para facilitar o acesso aos ambientes educativos, porém esse conceito é mais amplo e demandar muitas adequações que vão de elementos estruturas a comunicação, adaptação de recursos didáticos pedagógicos, acompanhamento educacional especializado, flexibilização do currículo entre outras questões que viabilizaram a permanência do estudante com deficiência nos espaços educativos.

Propomo-nos, portanto, investigar como se dá o processo de inclusão e acessibilidade de estudantes com deficiência no ensino superior? E para elucidar tal problemática, elencamos como objetivos específicos: Analisar os dispositivos legais que garantem a inclusão no ensino superior; Compreender o processo de inclusão no ensino superior; Analisar o conceito de acessibilidade e sua aplicação no ensino superior e Entender os benefícios da inclusão no ensino superior na vida dos estudantes com Deficiência.

DESENVOLVIMENTO

Inclusão no Ensino Superior e os Dispositivos Legais

Ainda que a década de 90 tenha sido o “start” para o processo inclusivo, sobretudo, no âmbito educacional,

Pouco se tem documentado sobre a inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior, indicando uma carência de reflexões, estudos e estatísticas, o que dificulta a formulação de políticas públicas que contemplem ações promotoras de educação inclusiva também no ensino superior. (OLIVEIRA, 2011, p.31)

Embora a discussão sobre a integração dos estudantes com deficiência no sistema regular de ensino tenha dado início em 1961, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024/61), quando traz à tona a questão da educação como direito de todos, apenas a 25 anos que essa discussão vem se desenhando no cenário nacional a fim de, promover a efetivação da luta pelo direito a Educação para todos.

Percebemos uma evolução nesse processo, quanto à chegada de mais e mais estudantes com deficiência as instituições de ensino, esse aumento da demanda de estudantes nessa modalidade de ensino é subsidiada pelas Declarações de Educação para Todos (UNESCO, 1990) e pela Declaração de Salamanca (ONU, 1994) que teve a participação do Brasil.

Embora sejamos a favor da luta pela inclusão escolar das pessoas com deficiência, reconhecemos que os sujeitos envolvidos sofrem todos os tipos de discriminação e de imposição de uma sociedade que os elimina sendo falsa a concepção de que caminhamos rumo à igualdade de oportunidade. (PERINI, 2006, P. 111)

Assegurar o pleno acesso e permanência de estudantes com deficiência configura-se como um dos maiores desafios da Educação brasileira, no que concerne ao processo inclusivo no ensino superior esse desafio torna-se ainda maior, tendo em vista que a grande maioria dos docentes dessa modalidade de ensino, não possuem conhecimentos específicos na área de Educação Especial nem formação para que proporcionem um atendimento de qualidade.

Tendo em vista que estar “dentro” de uma sala de aula não significa, essencialmente, que o estudante com deficiência esteja de fato incluso no processo de ensino-aprendizagem, que só se efetiva quanto este consegue equipara-se em condições de apropriarem dos conteúdos trabalhados a fim de desenvolverem-se dentro das condições esperadas para os demais integrantes da turma (GOMES & LIMA, 2006).

E de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:

Na educação superior, a educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão. (BRASIL, 2008, p. 17)

O que nas instituições de ensino superior, produz grande preocupação sobre como atender a essa demanda de forma a contribuir para o pleno desenvolvimento pessoal e profissional do estudante, a fim de garanti-lhes a ocupação do seu devido espaço na sociedade.

Hoje, com os avanços relativos ao papel da educação na construção e exercícios da cidadania de todas as pessoas e com a importância que se atribui à educação continuada, somos levados a discutir o papel das universidades para garantir a presença e participação de pessoas com deficiência nos seus quadros docente, discente e de funcionários não docentes. (AMARAL *et. al*, 1998, p.2)

Promover a participação de forma igualitária ainda apresenta-se como uma tarefa complexa no cotidiano acadêmico, pois demanda uma adaptação por parte de toda a instituição e corpo funcional. Percebemos uma resistência ao processo inclusivo, pois este:

[...] nos faz lembrar que temos uma dívida a salda em relação aos alunos que excluímos, por motivos muitas vezes banais e inconsistentes, apoiados por uma organização pedagógica escolar que se destina a alunos ideais, padronizados por uma concepção de normalidade e de deficiência arbitrariamente definida. (MANTOAN *et. al*, 2011, p. 78)

Nesse sentido,

O desenvolvimento profissional docente, por sua vez, compreende um processo sistemático, organizado e intencional que envolve tanto os esforços dos professores em sua dimensão pessoal e interpessoal, como a intenção concreta das instituições nas quais eles trabalham de criarem condições para que o processo se efetive, possibilitando, assim, a construção de sua professoralidade. (ISAIA, 2007, p. 153)

Tais “dificuldades” contribuem para fomentar o debate sobre o papel social das instituições de ensino superior frente a essa demanda crescente, e conseqüentemente, na busca por alternativas viáveis de promoção não apenas do acesso dos estudantes com deficiência ao ensino, como a reformulação de métodos, procedimentos, avaliações e adequações de recursos didáticos pedagógicos no intuito de equiparar as condições de acesso ao conhecimento acadêmico desses alunos de forma a instigá-los a superar suas limitações. Logo,

[...] o que fica para a vida, para o desenvolvimento humano são os conhecimentos que ensinamos, mas também, e, sobretudo, as posturas, os processos e significados que são postos em ação, as formas de aprender, de se interessar, de ter curiosidade, de sentir, de raciocinar e de interrogar. (ARROYO, 2000, p. 110)

Sabemos que na atualidade, contamos com diferentes formas de acesso ao ensino superior, que vão do acesso através de processos seletivo até o acesso através de políticas públicas afirmativas como o FIES, o REUNI e o ProUni¹ que destina uma percentual de vagas aos estudantes com deficiência que obtiveram êxito no Enem², o qual tem a nota utilizada por algumas instituições de ensino superior como forma de aprovação do vestibular. Nesse sentido, “só o ProUni contribuirá com a expansão desta fase do processo educacional com cerca de 300 mil novos em um prazo de cinco anos” (MACEBO, 2004 *apud* SILVA & RODRIGUES, 2006, p. 5).

É importante ressaltar que a universalização e a democratização do ensino superior, carecem ser refletidas de forma fidedigna, sem qualquer tipo de protecionismos, mas priorizando, sobretudo, a ocorrência das diferenças. As políticas afirmativas não podem ser entendidas como mecanismos facilitadores do acesso ao ensino superior pelos estudantes com deficiência, mas como instrumento de garantia da equiparação de condições de concorrência livre entre os concorrentes ao egresso nessa modalidade de ensino.

Esse acesso tem o objetivo de “promoção e incentivo à plena constituição e solidificação de sociedades inclusivas que vem se fazendo presente em inúmeros fóruns nacionais e estrangeiros” (AMARAL *et. al*, 1998, p. 2). Pois proporciona a construção e efetivação de acesso e utilização de todas as pessoas atendidas pelas instituições de ensino superior sem distinção das particularidades dos estudantes.

Acessibilidade Conceito e Adequações no Ensino Superior

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no que se refere a inclusão de estudantes com deficiência, discorre sobre: “Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organizações específicas para atender as suas necessidades no que diz respeito ao apoio técnico e financeiro dado pelo poder público” (BRASIL, 1996, Art. 60).

O acesso a um sistema educacional na perspectiva da educação inclusiva em todos os níveis implica na tomada de medidas de apoio necessárias para cobrir as condições de

¹ Programa Universidade para Todos

² Exame Nacional de Ensino Médio

acessibilidade, imprescindíveis na efetivação da plena participação e da autonomia dos estudantes com deficiência, em espaço que elevar ao máximo seu desenvolvimento social e acadêmico. Que de acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência,

[...] a fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como na rural. (ONU, 2006)

Partindo da premissa, que o acesso dos estudantes com deficiência ao ensino superior vem se ampliando de forma significativa, como vimos anteriormente fruto do das lutas e desenvolvimento do processo inclusivo nos últimos 25 anos. Precisamos refletir sobre como assegurar a essa crescente demanda, o direito à participação na comunidade, do seu pleno desenvolvimento pessoal e profissional a fim de contribuir para a inclusão social plena.

E para que isso ocorra às instituições de ensino superior precisam disponibilizar serviços e recursos de acessibilidade que promovam a completa participação desses estudantes. O Documento Orientador do Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior descreve a acessibilidade como,

Condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2013, p. 15)

Ao falarmos de acessibilidade, muitos acreditam se tratar apenas da questão arquitetônica dos prédios e instituições de ensino, como por exemplo, o alargamento de portas, construções de rampas de acesso e etc., para promover uma melhoria na circulação de estudantes com deficiência nesses espaços. É importante salientar que acessibilidade vai muito além das modificações arquitetônicas e estruturas para a garantia do direito de ir e vir com segurança e autonomia desses estudantes. Por exemplo, a Associação Brasileira de Normas Técnicas, pela norma NBR 9050/94 trás o conceito de acessibilidade que compreende não só os aspectos físicos, como também os aspectos comunicacionais,

[...] a mesma norma define o termo acessível como o espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa, inclusive aquelas com mobilidade reduzida. O termo acessível implica tanto acessibilidade física como de comunicação. (MANZINI, 2006, p. 32).

Essa temática fundamenta-se nos Referenciais de Acessibilidade no Ensino Superior justificando-se pela,

[...] necessidade de ampliar o conhecimento sobre o tema, haja vista que tem motivado intensas reflexões e debates por parte dos profissionais da educação e afins. Isso por que, entendida em seu amplo espectro (acessibilidade atitudinal, física, digital, nas comunicações, pedagógica, nos transportes, etc.), pressupõe medidas que extrapolam a dimensão arquitetônica e abrangem o campo legal, curricular, das práticas avaliativas, metodológicas, entre outras. Dotar as instituições de educação superior (IES) de condições de acessibilidade é materializar os princípios da inclusão educacional que implicam em assegurar não só o acesso, mas condições plenas de participação e aprendizagem a todos os estudantes. (BRASIL, 2013, p. 3-4)

Frente ao exposto, na contemporaneidade devemos olhar o processo inclusivo não somente pelo véis da deficiência, no entanto, por todos os véis que estão inseridos e interligados com as instituições de ensino superior, a fim de dirimir quaisquer tipos de adversidades que possam existir, sem deixar de respeitar e valorizar as particularidades e o potencial dos estudantes. Portanto,

(...) para garantir que as medidas de acesso e permanência na universidade sejam implementadas de acordo com a nova visão de sociedade, de educação e de cidadania em relação à diversidade humana e as diferenças individuais – todas as pessoas devem ser aceitas e valorizadas pelo que cada uma possui para construir o bem comum, aprender e ensinar, estudar e trabalhar, cumprir deveres e usufruir direitos e ser feliz. (SASSAKI, 2005, p.1)

Sabemos que as práticas educacionais inclusivas expõem que o processo inclusivo não é da importância apenas dos estudantes que necessitam de atendimento individualizado, já que tal processo demanda das instituições novas metodologias de ensino e um posicionamentos abalizados em percepções e práticas pedagógicas revolucionarias, que acompanham as evoluções conceituais e teóricas sucedidas das necessidades trazidas por novas teorias educacionais. Tais mudanças demandam dos gestores dessas instituições de ensino uma adequação dos Planos de Desenvolvimento Institucionais, assim como, dos seus Projetos Pedagógicos de Curso, estes necessitam ser,

[...] planejando e promovendo as mudanças requeridas, como por exemplo, a organização e implementação de núcleos de acessibilidade para estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, em consonância

com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o Decreto de Acessibilidade (nº 5.296/2004) e demais dispositivos legais e políticos. Ainda, são fundamentais ações e programas que assegurem a transversalidade da educação especial na IES. (BRASIL, 2013, p. 13)

Quando as instituições de ensino superior não conseguem incorporar os princípios incluídos para a garantia de acesso, “[...] o mesmo espaço considerado de inclusão pode ser considerado um espaço de exclusão” (LOPES, 2009, p.157). Corroboramos com o autor, pois compreendemos que incluir vai muito além do acesso físico, compreende todos os procedimentos e mecanismos que ofertam ao estudante incluso uma oportunidade de equiparação das condições não só para a sua permanência como para seu desenvolvimento. Na ótica do autor “Conclui-se que a igualdade de acesso não garante a inclusão e, na mesma medida, não afasta a sombra da exclusão”.

Apoiamos a compreensão da acessibilidade na ótica de MANZINI (2006) que perpassa o mero acesso ao espaço físico, já que esta abrange um processo de modificação do ambiente, da disposição físico-espacial, do gerenciamento, da recepção, das atitudes, da conduta e de transformação das organizações e das atividades humanas que suavizam os limites de uma deficiência. É preciso entender a acessibilidade como parte integrante do conceito de cidadania, onde precisam ser respeitados os direitos assegurados por lei para os indivíduos, infelizmente barreiras arquitetônicas e sociais acabam limitando esses direitos no que se refere aos estudantes com deficiência.

Essas barreiras ainda são invisíveis, não se explicitam nas normas, leis, regulamentações e normativas, conseqüentemente, embaraçam e muitas vezes incapacitam a utilização de outros direitos e serviços dessa demanda (SASSAKI, 2006). No que concerne ao processo inclusivo no âmbito educacional a ABNT, pela norma NBR 9050/2006 abrange como pré-requisitos básicos para a acessibilidade:

- I - com respeito a alunos portadores de deficiência física:
 - a) eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo acesso aos espaços de uso coletivo;
 - b) reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviço;
 - c) construção de rampas com corrimãos ou colocação de elevadores, facilitando a circulação de cadeira de rodas;
 - d) adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
 - e) colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros;
 - f) instalação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas;

II - no que concerne a alunos portadores de deficiência visual, compromisso formal da instituição, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso:

a) de manter sala de apoio equipada como máquina de datilografia braile, impressora braile acoplada ao computador, sistema de síntese de voz, gravador e fotocopadora que amplie textos, software de ampliação de tela, equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal, lupas, réguas de leitura, scanner acoplado a computador;

b) de adotar um plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em braile e de fitas sonoras para uso didático;

II - quanto a alunos portadores de deficiência auditiva, compromisso formal da instituição, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso:

a) de propiciar, sempre que necessário intérprete de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno;

b) de adotar flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;

c) de estimular o aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita, para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado;

d) de proporcionar aos professores acesso a literatura e informações sobre a especificidade lingüística do portador de deficiência auditiva. (BRASIL, 2006)

Em contra partida, o papel do professor na conjuntura do ensino superior expede a uma postura ativa, dialética, política e ética, perpetrando assim que este docente apresente um compromisso constante com a vida dos estudantes, de tal modo, como com a autonomia de seus discentes, oportunizando espaços onde o alvedrio possa ser desempenhado de forma criativa e espontânea. Nesse sentido,

(...) torna-se necessária uma reflexão coletiva dos professores sobre a adaptação do currículo às necessidades desses alunos, bem como, a adaptação das Instituições para oferecer uma estrutura, tanto física quanto pedagógica, mais adequada para que estes alunos possam ser acolhidos, ter suas necessidades específicas atendidas, e sentirem-se efetivamente sujeitos partícipes do processo educacional. (GOFFREDO, 2005, p. 57)

Ora, se o processo de inclusão nos provoca a reflexão das metodologias de ensino presentes nas instituições de ensino superior, sobretudo, frente a diversidade constituinte dessa que agora amplia-se com o crescente egresso de estudantes com deficiência. Precisamos combater a ideia ultrapassada do processo ensino-aprendizagem, como mera transferência de informação, como adverte Amaral sobre os profissionais que atuam nesse novo paradigma inclusivo, precisam se reconhecer como não sendo “constituem um grupo homogêneo, nem como profissionais, nem como pessoas” (AMARAL, 1994, p.

72), portando, precisam romper com as velhas práticas e tornaram-se mediadores do processo de ensino. Por conseguinte, implementar ações educativas junto a estudantes com deficiência no ensino superior é acima de tudo, uma questão de democracia e cidadania, reconhecimento da diversidade e da cidadania destes.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Nosso percurso metodológico parte de uma abordagem quali-quantitativa. Segundo descreve Creswell (2007) apud Brito (2009, p. 34): “esses procedimentos decorrem da necessidade de reunir dados quantitativos e qualitativos na coleta e análise de dados em um determinado estudo”. Para embasar teoricamente este artigo utilizamos a pesquisa bibliográfica. Segundo Matos e Vieira (2001): “A pesquisa bibliográfica é feita a partir de levantamento de referenciais teóricas, “já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos, páginas de web site” sobre o tema a estudar”.

Após construir o nosso aporte teórico, realizaremos a nossa pesquisa de campo. Marconi e Lakatos (1992, P. 43,44) colocam que: “A pesquisa de campo é uma forma de levantamento de dados no próprio local onde ocorrem os fenômenos, através da observação direta, entrevistas e medidas de opinião”. Enquanto instrumento de coletas de dados, recorreremos aos questionários.

Para Marconi e Lakatos (2003, p.71): “o questionário é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante um questionamento de natureza profissional”. Os sujeitos da pesquisa foram 9 estudantes com deficiência que estão no ensino superior.

E para a análise dos dados coletados no campo da pesquisa seguiremos a análise de conteúdos de Bardin (2006, p.38): “um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

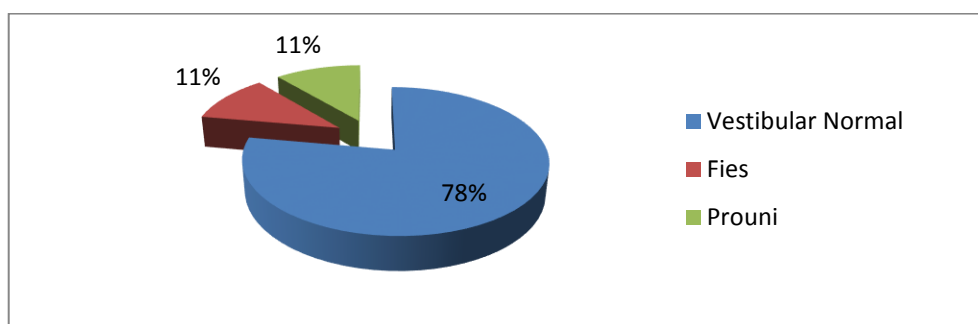
Foram feitas as entrevistas em momentos distintos, após sua realização foram transcritas e colocadas em uma tabela para debatermos em reunião com os participantes da pesquisa. Foram instituídas pré-categorias que originaram as sínteses que foram

confrontadas com os objetivos da pesquisa e organizadas em três categorias que se inter-relacionam e dão origem aos subtítulos a seguir.

Do Ingresso ao Processo Inclusivo e Adaptações

Após nosso levantamento de dados, ao questionarmos os estudantes a respeito de como foi a sua entrada/ingresso no ensino superior, percebemos que 77,7% dos entrevistados ingressaram através do exame vestibular normal, e que apenas 22,2% do quantitativo abordado teve seu ingresso por meio de políticas públicas afirmativas como o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

Gráfico 1: Ingresso no Ensino Superior



Fonte: MARQUES & RIOS, 2017.

Quando questionamos se os entrevistados encontraram alguma dificuldade no processo de ingresso e matrícula, 66,6% dos entrevistados informaram que não apresentaram nenhuma dificuldade. E 33,3% afirmam que encontraram sim dificuldades. De acordo com estudante Augusto³: “[...] não consideraram minha nota por ser aluno do supletivo”. Já o estudante Willians⁴ afirma que:

Até onde tenho testemunhado pra nós portadores de alguma deficiência nada é normal, tudo gira em torno de muita dificuldade e burocracia. (pra resumir a história quase deixei de me matricular por falta de umas Xerox. Xerox essa que não fui informado que precisa... Além do mais já tinha Xerox de meus documento na instituição que já havia entregue no primeiro contato. Pois bem ao ser solicitado não tinha as tas Xerox. Resolvi desistir da matrícula... Quando já estava na parada de ônibus a atendente chegou dizendo pra voltar que iria concluir a matrícula.

³ Nome fictício – estudante do Curso de Pedagogia, paraplégico.

⁴ Nome fictício – estudante do Curso de Redes de Computadores, paraplégico.

Nesse sentido, a inclusão de estudante com deficiência nas Instituições de Educação Superior: “não representa concessão de privilégios, mas sim a promoção da equiparação de oportunidades, para que elas sejam incluídas na sociedade como cidadãs plenas de direitos para o desenvolvimento de suas potencialidades” (CHAHINI & SILVA, 2010, p.168). Percebemos que as políticas e ações inclusivas são imprescindíveis para a superação das barreiras encontradas pelas pessoas com deficiências tanto no ingresso como para garantir sua continuação nos espaços educativos.

Ao interrogarmos aos estudantes sobre quais as adaptações eles precisavam para acompanhar as aulas no dia-a-dia, 88,9% dos entrevistados apontaram que necessitaram de adaptações. O estudante Luíz⁵ pontua que,

Quando freqüentava as aulas antes de me formar, às vezes encontrava a sala com o número de cadeiras acima da quantidade de alunos da turma. Como sou cadeirante, encontrava leve dificuldade para me locomover pela sala, mas logo foi comunicado à coordenadoria do curso e o problema foi resolvido.

A estudante Luíza⁶ afirma que necessitava de: “De texto ou um leitor para ajudar com as leituras do texto, slides com fundo branco letras pretas com fonte 44, pois tenho baixa Visão [...]”. A estudante Carol⁷ pontua que necessitava de: “Computador que facilite o acompanhamentos da aula na sala de aula. Material físico cansa bastante, também é necessário professores envolvidos para que haja integração”.

E o estudante Willians afirma que: “Precisei de ônibus com elevador (quem na maioria das vezes estavam quebrados), precisei de rampas na descida da parada de ônibus e na frente da escola (ambos os lugares não tinha)”. De acordo com Moreira (2000) poucas são as universidades que estão preparadas para oferecer apoio necessário e recursos aos alunos com deficiência no ensino superior.

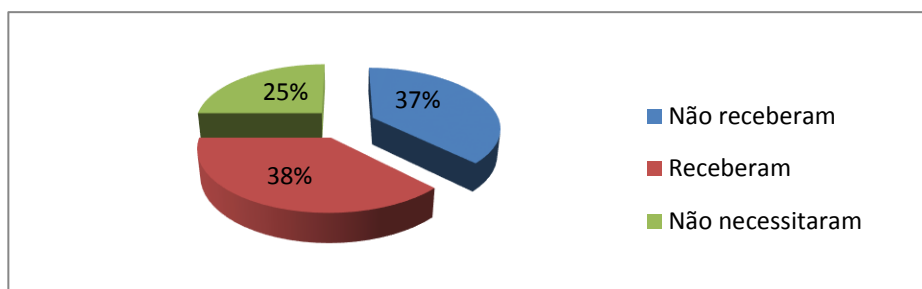
Ao perguntarmos aos entrevistados se a instituição oferece material adaptado para acompanhar as aulas, 33,3% afirmam que não receberam material adaptado. 22,2% não necessitaram de materiais adaptados para acompanhar as aulas e 33,3% dos entrevistados receberam material adaptado pela instituição de ensino superior.

Gráfico 2: Material adaptado

⁵ Nome fictício – estudante do Curso de Jornalismo, Paraplégico.

⁶ Nome fictício – estudante do Curso de Pedagogia, deficiente visual (baixa visão).

⁷ Nome fictício – estudante do Curso de Gestão de Marketing e do Curso de Gestão de RH, Tetraplégica.



Fonte: MARQUES & RIOS, 2017.

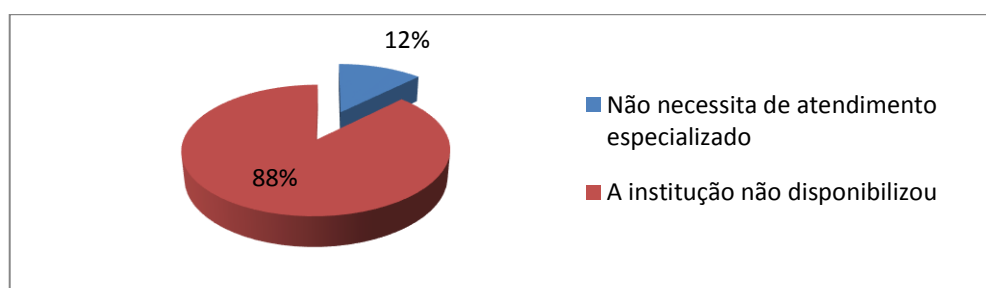
A estudante Luíza afirmou que: “Não, e muitas vezes o professor nem sabe que o aluno tem um déficit. Muitas vezes a instituição sabe que há. Um aluno com deficiência e não. Passa para o professor”. Já o aluno Willians é veemente ao afirma que: “Nada! Na verdade não se preparam para receber nos deficientes...”.

Frente a isso,

a inclusão de deficientes na educação superior é uma realidade que se depara com as mesmas dificuldades envolvidas na inclusão de deficientes nos outros níveis educacionais: a falta de recursos humanos especializados e capacitados; a indisponibilidade da instituição educacional para desenvolver um trabalho pedagógico que atenda às necessidades específicas dos alunos; a ausência de materiais adequados; a presença de barreiras arquitetônicas; a existência de preconceito e indiferença por parte de alunos e professores. (GUIMARÃES & ARAGÃO, 2010 *apud* SILVA JÚNIOR & HAMMES, 2014, p. 3)

Quando questionamos aos estudantes se a instituição de ensino superior lhes disponibilizou acompanhamento especializado, apenas 11,1% dos entrevistados afirmaram não necessitar de atendimento ou acompanhamento educacional especializado. Desses 77,7% afirmaram que a instituição não disponibilizou.

Gráfico 3: Acompanhamento Especializado



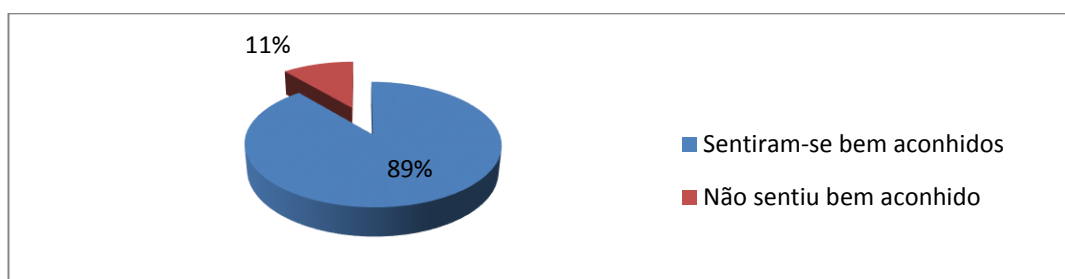
Fonte: MARQUES & RIOS, 2017.

A estudante Carol afirmou que: “Não! Mas, permite que meu cuidador permaneça por perto”. O estudante Willians apontou que a instituição não disponibilizou, mas coloca que: “[...] Isso seria interessante, pois dependia de amigo/colega para ir da parada de ônibus até a Faculdade e vice versa”.

Frente ao exposto, além da matrícula é necessários que as IES criem meios para promover a permanência desses alunos na educação superior, que seus direitos de acessibilidade sejam garantidos. (Castro *et al*, 2008).

Ao questionarmos aos estudantes se os mesmos se sentem ou sentiram bem recebidos pelos professores da instituição, 88,8% dos entrevistados afirmaram que sim, sentem-se ou sentiram-se bem recebidos pelos docentes das IES.

Gráfico 4: Receptividade dos professores



Fonte: MARQUES & RIOS, 2017.

Quando perguntamos se os estudantes passaram por alguma situação excludente durante o curso, 77,7% dos entrevistados afirmaram que enfrentaram situações excludentes durante o curso. O estudante Henrique diz que: “Sim, professor planejou passeio a per pelos pontos turísticos da cidade sem levar em conta a minha especificidade, então a turma foi e eu fiquei de fora”.

Assim sendo, as diferenças “não devem ser entendidas como um estado não desejável, impróprio, de algo que cedo ou tarde voltará à normalidade. [...] a diferença existe independentemente da autorização, da aceitação, do respeito ou da permissão outorgada da normalidade” (SKLIAR, 1999, p. 22).

A estudante Helena⁸ diz que: “[...] Meu TCC de conclusão de curso era em grupo, pois ninguém da turma quis colocar no grupo terminei fazendo com outro grupo de outra turma que já tinha terminado a faculdade, pois o pessoal da minha turma não queria deixar entrar no grupo deles”. Segundo a estudante Carol diz que: “[...] de forma corriqueira,

⁸ Nome fictício, estudante do Curso de Administração, deficiente auditiva (surda).

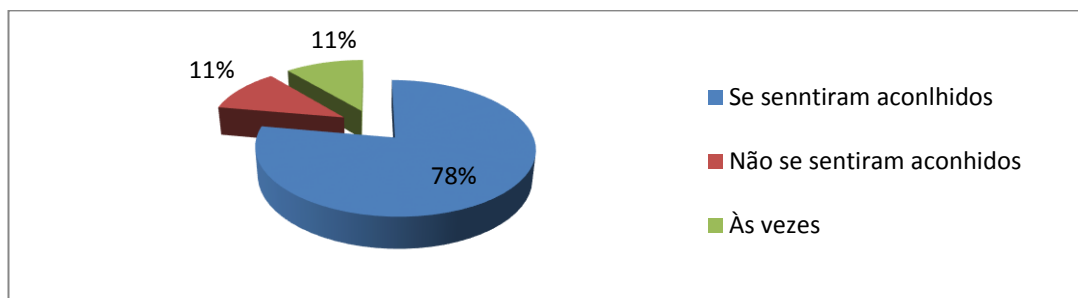
formam-se grupinhos e a pessoa com deficiência acaba excluído, sendo apenas lembrados nos momentos de executar os trabalhos acadêmicos”.

A estudante Verônica afirma que: “No curso de pedagogia sempre me excluía das dinâmicas, porém acredito se fosse hoje seria diferente, pois há uma conscientização bem maior do que na época que fiz o curso”. Já o estudante Augusto pontuou que: “[...] na época não pude assistir aulas no auditório por falta de acessibilidade”.

Corroboramos com Aranha quando afirma que: “A democratização da sociedade brasileira passa pela construção de efetivo respeito a essa parcela da população que a duras custas procura conquistar um espaço ao qual, por lei, tem direito” (ARANHA, 2001, p. 22). Precisamos repensar o processo inclusivo, de forma não só a atender as necessidades das especificidades dos estudantes inclusos, mas também de forma a mudar a mentalidade da sociedade que os exclui por falta de conhecimento ou puro preconceito.

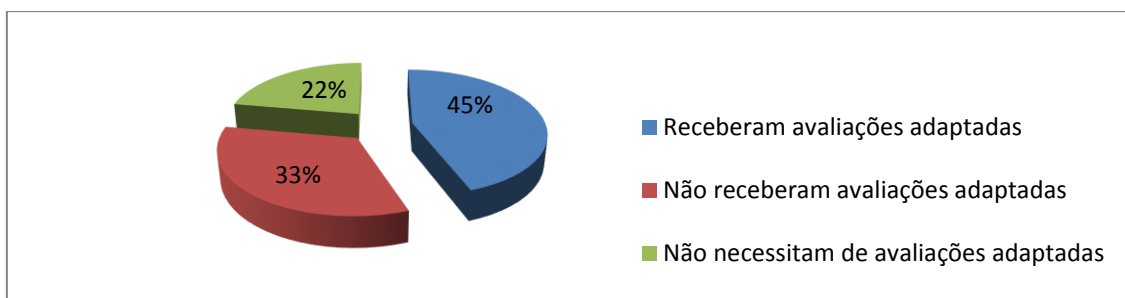
Ao questionarmos os estudantes se eles se sentiram acolhidos por seus colegas de turma, apenas 77,7% dos entrevistados afirmaram que se sentiram acolhidos pelos colegas de turma.

Gráfico 5: Receptividade pelos colegas de turma



Fonte: MARQUES & RIOS, 2017.

Quando perguntamos aos estudantes se durante as avaliações a instituição oferecia atendimento diferenciado frente à especificidade de suas limitações, 44,4% dos entrevistados afirmaram receber material adaptado nas avaliações. Já 22,2% dos entrevistados afirmaram que não necessitaram de avaliações adaptadas, e 33,3% dos estudantes entrevistados afirmam não ter recebido avaliações adaptadas.

Gráfico 6: Avaliações adaptadas

Fonte: MARQUES & RIOS, 2017.

Quando questionamos os estudantes sobre o que eles sugeriam como melhoria no processo de ingresso, ou no processo de inclusão do estudante com deficiência no ensino superior, o estudante Henrique⁹ pontua que “Deveria ter um setor responsável pelas matrículas de pessoas com deficiência, para poder providenciar antes do início das aulas as adequações necessárias”. A estudante Luíza pontua que: “Que os docentes adaptassem o currículo sempre com um olhar diferenciado”.

O estudante Augusto pontua que: “eliminação de barreiras arquitetônicas e atitudinais”. A estudante Verônica¹⁰ coloca que: “No meu caso não precisaria mudar muita coisa só o acesso as salas de aula, porém sei que o deficiente visual e auditivo precisa de materiais adequados”. Para a estudante Carol:

Acessibilidades no acesso físico e de aprendizagem. Como uso de computadores para acompanhamento das aulas, execução das provas... Em muitas situações, fica bastante cansativo escrever manualmente, nos prejudicamos por ser-mos mais lentos. E o ambiente físicos como acessos à entidade desde a entrada até as adaptações internas como salas de aula, laboratório, diretoria, cantinas, toaletes e auditórios.

O estudante Luiz pontua que:

É importante e necessário que a instituição promova a acessibilidade e a inclusão de todos os tipos de deficiência, para que nenhuma delas possa sentir exclusão ou dificuldades de aprendizado. É preciso, por exemplo que, em caso de haver pessoa com deficiência visual em sala de aula, o professor e/ou a instituição disponha de conteúdo que atenda este tipo de demanda, entre outros.

Frente ao exposto, compreendemos que “a garantia legal que os portadores de deficiência têm a direitos sociais básicos não traduz o que ocorre na realidade. É possível

⁹ Nome fictício, estudante do Curso de pós-graduação em Gestão Escolar, Licenciado em Pedagogia.

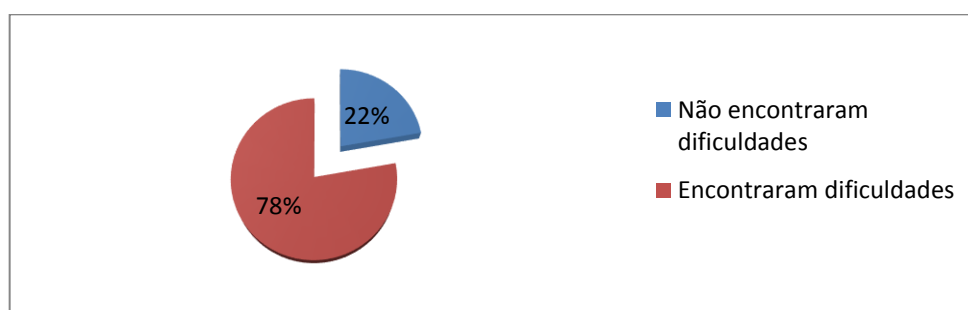
¹⁰ Nome fictício, estudante do Curso de pós-graduação em Auditoria em Saúde, do curso de Gestão Hospitalar e Licenciada em Pedagogia.

afirmar, pois, que muitos dos direitos ficam restritos a meros formalismos legais” (MAGALHÃES & COSTA, 2000, p. 21)

Acessibilidade no Ensino Superior

Quando questionamos aos estudantes se eles encontraram alguma dificuldade referente à acessibilidade nas dependências da instituição de ensino superior, 22,2% afirmaram que não encontraram dificuldades referentes à acessibilidade nas instituições de ensino superior que frequentaram. Em contrapartida 77,7% dos estudantes entrevistados pontuam dificuldades.

Gráfico 7: Dificuldades na Acessibilidade



Fonte: MARQUES & RIOS, 2017.

O estudante Luiz afirma que:

Posso classificar como dificuldades pontuais. Os elevadores da instituição algumas vezes estavam inativos por falhas mecânicas ou manutenção, defeitos que podem vir a ocorrer uma vez que são máquinas e podem apresentar este tipo de defeito. Houve casos em que tive dificuldades para assistir aulas, mas que foram solucionadas pela coordenadoria da faculdade.

A estudante Mariza¹¹ pontua que:

No início do curso sim. No prédio havia um elevador para cadeirantes, porém, sucateado. Nem funcionava. Durou uns 3 anos para colocarem um novo. Não tinha rampa. Hoje já temos uma passarela. Estas foram as mudanças que mais ficou evidente para mim.

O estudante Willians diz que a maior dificuldade foi: “Falta de rampas de acesso na frente da faculdade”. Para Luíza as barreiras arquitetônicas também apresentaram dificuldades, como afirma: “Sim escadas que dificulta a locomoção da pessoa com deficiência”. Para a estudante Verônica: “Na época que fiz pedagogia sim, principalmente nos banheiros”.

¹¹ Nome fictício, estudante do Curso de Pedagogia, cadeirante.

Quando perguntamos aos estudantes qual a sua maior dificuldade de acesso ao espaço físico da instituição de ensino, Luiza diz que foi o fato de ter: “Muitas escada onde deveria ter mais elevador ou colocar uma sala no térreo para que a pessoa. com deficiência não subir escada”.

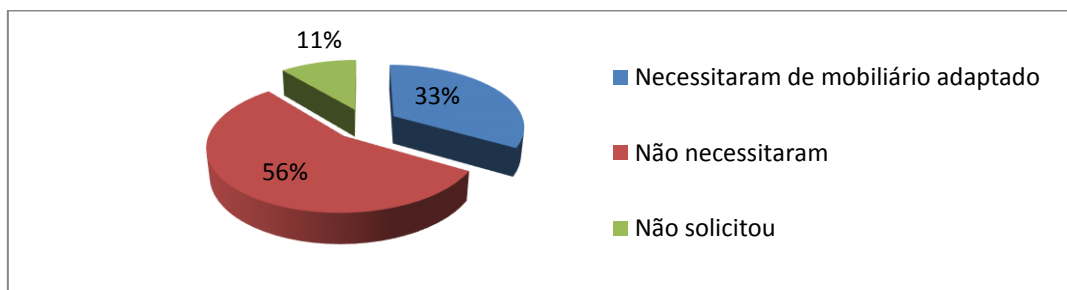
A estudante Carol pontua que: “Salas com batentes, Cantinas com difícil acesso e atendimento, portas, banheiros inacessíveis e junto ao coletivo dificultando o auxílio do cuidador, ocorrendo constrangimento”. A estudante Verônica diz que: “A arrumação das salas que nunca deixam um espaço reservado para pessoas com cadeira de rodas”.

Para a estudante Mariza:

A minha deficiência é proveniente de uma amputação do Membro inferior direito. Então, a maior dificuldade é o piso. O pé da prótese tem que está bem apoiado no chão para que não fique em falso. Pois, por menor que seja e nos pareça inofensiva, é algo bem complicado. Principalmente uma cidade como Recife, totalmente inviável para os deficientes. Calçadas esburacadas, tronco de árvores co raízes gigantescas, ambulantes pelas calçadas. [...] É um transtorno. Eu muitas das vezes, arisco andar por entre os carros nas vias movimentadas por veículos. Pois as calçadas são para mim, totalmente intransitáveis. Nas calçadas com ambulantes, é o mesmo que andar em corda bamba. Eles não saem do caminho. E tenho que ficar me equilibrando entre os produtos e os chutes que eles possam me dar. Pois, eles passam de forma tão rápida, que me desequilibra. Isto é o mínimo.

Quando questionamos os entrevistados se eles necessitavam de mobiliário adaptado em sala de aula, e se a instituição de ensino ofertou esse mobiliário, 55,5% dos entrevistados afirmam que não necessitaram de mobiliário adaptado. Desse quantitativo 33,3% dos estudantes entrevistados necessitaram de mobiliário adaptado, 11,1% não solicitou.

Gráfico 8: Mobiliário adaptado



Fonte: MARQUES & RIOS, 2017.

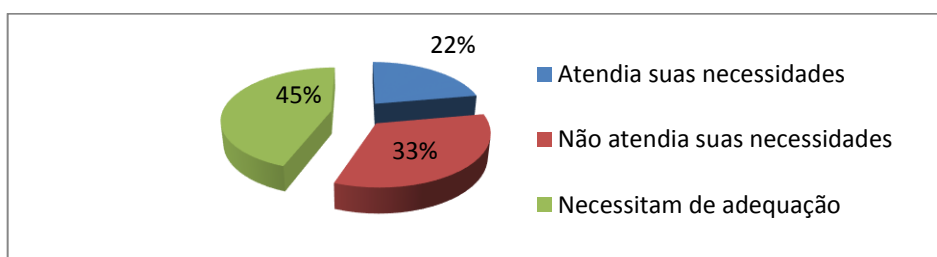
Ao perguntarmos aos estudantes se as áreas de convívio comum com os estudantes de diferentes cursos (biblioteca, cantinas, laboratórios, auditórios) eram adaptadas as suas necessidades, ou o que faltava. 33,3% dos estudantes afirmaram que os espaços de convivência não eram adaptados. Para 55,5% dos estudantes pontuaram alguma área sem a adaptação necessária para atender a especificidade de sua deficiência. Para a estudante Verônica pontuou que: “Na maioria sim. O que não se adapta bem são as cantinas geralmente com balcão alto e degraus”.

A estudante Mariza diz que:

O prédio, os corredores, a biblioteca, são os que mais frequento. E são espaçosos. É tranquilo transitar nestes ambientes. A “Cantina” - Restaurante Universitário (R.U), tem espaços reservados para cadeirantes. Já o auditório, sinto uma certa dificuldade, pois ele o piso é inclinado (Não é íngreme). É algo parecido com rampa. Mas, me causa aflição. Fico com medo de cair com a inclinação, já que a estrutura não tem barra de apoio. Daí, fico sempre na parte da entrada do auditório, onde o piso é plano.

Quando solicitamos aos estudantes sobre sua opinião pessoal se a instituição de ensino superior que frequentavam/frequentaram atendia 100% as suas necessidade de acessibilidade, mobilização e permanência no espaço físico da instituição, 44,4% dos entrevistados afirmaram que a instituição necessita se adequar. Para 33,3% a instituição não atende suas necessidades de acessibilidade. E para 22,2% a instituição atendia suas necessidades.

Gráfico 9: A Instituição de Ensino Superior atendia as necessidades de acessibilidade



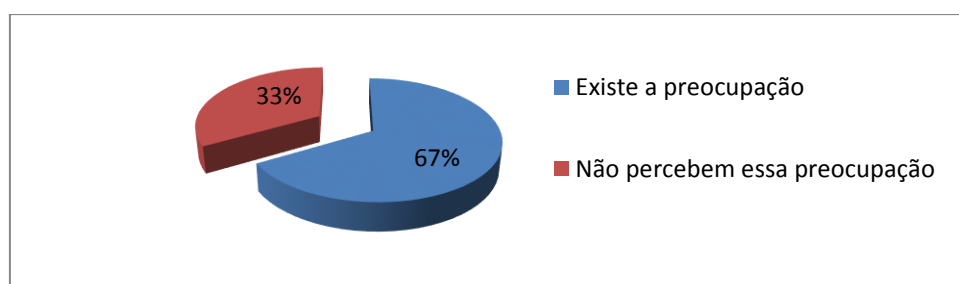
Fonte: MARQUES & RIOS, 2017.

A estudante Mariza quando diz que: “No meu caso, eu acredito que sim (até o momento). Mas, pensando nos demais PCD’s acredito que ainda não seja o ideal”. Percebemos que a: “inclusão não é algo para ser feito para uma pessoa, mas sim um

princípio que fornece critérios através dos quais os serviços devem ser planejados e avaliados” (Mendes, 2002, p.33).

Ao questionarmos os estudantes se os mesmos verificavam por parte da instituição a preocupação em adequar-se a necessidades dos estudantes com deficiência, 66,6% dos estudantes entrevistados afirmaram que existe a preocupação por parte da instituição em atender as necessidades dos estudantes com deficiência. Em contrapartida, 33,3% dos entrevistados não conseguem identificar a preocupação por parte da instituição em adequar-se às necessidades desses estudantes.

Gráfico 10: A IES preocupa-se em adequar-se as necessidades do PCDs



Fonte: MARQUES & RIOS, 2017.

Para os estudantes Henrique “Não, em nenhum momento eu vejo esse interesse na instituição para adequar aos estudantes com deficiência”. Já para o estudante Willians: “Não! Tem muito a ser feito! Com disse se acomodam por achar que ter elevador é suficiente!”. A estudante Mariza por sua vez, pontua que: “Preocupação até existe, porém, a burocratização atrapalha e muito. As licitações são feitas, e a verba não é liberada. Os aparelhos chegam, mas não sai a ordem para instalação. E por aí vai...”.

Compreendemos que, “um mundo inclusivo é um mundo no qual todos têm acesso às oportunidades de ser e de estar na sociedade de forma participativa; onde a relação entre o acesso às oportunidades e as características individuais não são marcadas por interesses econômicos, ou pela caridade pública” (CARVALHO, 2000, p. 111). Como pontua a estudante Helena quando diz que: “Não, em nenhum momento eu vejo esse interesse nas instituição para adequar aos estudantes com deficiência”.

Do Sonho a Realidade: Os Benefícios da Inclusão no Ensino Superior

Quando questionamos aos estudantes sobre o que representa para sua vida pessoa seu ingresso no ensino superior, o estudante Henrique pontua que é: “a realização de um sonho!”. Para o estudante Luiz: “Uma grande conquista e a concretização de um sonho”. Já a estudante Luíza diz que: “Provar para mim mesma. Que não. Obstáculo. Quando há um deus e força de vontade você pode ser quiser basta acreditar no sonhar. E tornar o que achava impossível em realidade”.

Para a estudante Mariza é a: “realização pessoal, superação e qualificação profissional”. O estudante Augusto pontua que: “Ganho social e profissional”. Já para a estudante Helena esse ingresso no ensino superior representa: “nova oportunidade de trabalho”, e para a estudante Helena: “representa uma independência futura”.

Já o estudante Willians afirma que seu ingresso no ensino superior representa um: “Melhor reconhecimento da sociedade que nos tem como “coitadinhos”. Realização profissional também. Viver como se tem de viver!”. O conhecimento é fundamental para a realização pessoal, qualificação para o trabalho, bem como para o fortalecimento econômico e o desenvolvimento de um país, (DIAS SOBRINHO, 2010).

Ao perguntarmos sobre a reação da família ao estudante com deficiência conseguir ingressar no ensino superior, os estudantes Luiz e Henrique apresentam semelhança nas respostas ao afirmarem que seus familiares: “[...] ficaram felizes, e incentivaram muito!”. A estudante Luíza por sua vez, afirma que: “Todos se surpreenderam, pois nem eles mesmos acreditavam que eu podia realizar um dos meus sonhos”.

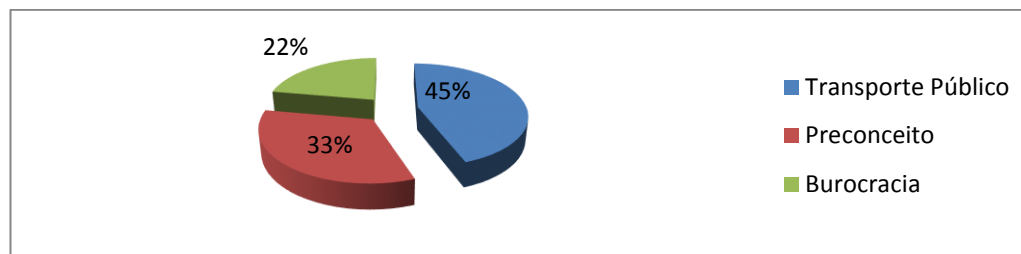
Para o estudante Willians foi: “reação de supressa... Para uns isso é possível... Para outros não!”. Já a estudante Verônica pontua que seus familiares ficaram: “surpresos, pois poucos tinham ensino superior na família”. Compreendemos que,

A inserção social se efetiva na medida em que o sujeito participa efetivamente das trocas sociais. Essa participação pode ser entendida como a capacidade de estar instrumentalizado e habilitado para sua atuação social em ambientes extremamente competitivos, meritocráticos, discriminatórios, preconceituosos e egocêntricos. (CAMPOS & MELLO, 2011, p. 16)

Quando questionamos aos estudantes sobre quais as principais barreiras/dificuldades que você enfrentou ao entrar no ensino superior, 44,4% dos entrevistados pontuaram o transporte público que necessitavam utilizar para chegar a IES,

33,3% dos entrevistados pontuam o preconceito. 22,2% dos entrevistados pontuam a burocracia nas IES.

Gráfico 11: As principais barreiras/dificuldades para o acesso ao ES



Fonte: MARQUES & RIOS, 2017.

O estudante Henrique pontuou que: “o preconceito, dificuldades como transporte público”, para o estudante Willians foram: “A dificuldade burocrática em relação a matrícula, documentação, transporte mal adaptado e adaptações necessárias dentro e aos arredores da instituição. A estudante Eliane pontuou que:

Arquitetônicas e atitudinais. Ainda enxergam as Pessoas com Deficiências como cidadãos sem escolhas, perspectivas... É como se estas pessoas ingressassem no ensino superior para fazer terapias, ocupar a cabeça e jamais serem capazes de alcançar um futuro profissional brilhante.

Já a estudante Luíza pontuou que: “Tive dificuldade para me adaptar, pois não estudava há 14 anos. Tive que me desconstruir e ter um novo olhar sobre o mundo, a realidade”. A estudante Helena afirmou que: “Às vezes como eu tenho dificuldade auditiva eu não entendia o professor falar, e perguntava aos colegas de sala de aula, às vezes o barulho da turma era mais alto do que a voz do professor”.

Nesse sentido, “consiste no processo de adequação da sociedade às necessidades de seus participantes, para que eles, um vez incluídos, possam desenvolver-se e exercer plenamente sua cidadania” (VALLE & MAIA, 2010, p. 17).

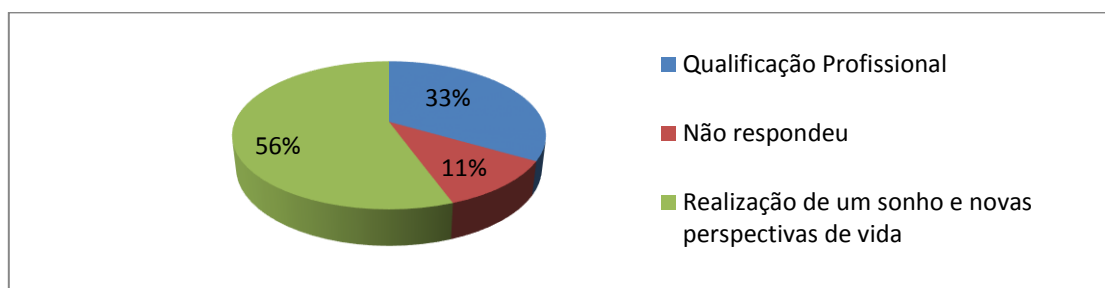
Ao perguntarmos aos entrevistados sobre o que mudou em sua vida no antes e depois do ensino superior, o estudante Willians pontua que: “Do antes para o depois, mudança no reconhecimento das pessoas... No conhecimento adquirido durante os estudos”. Para a Estudante Verônica foi o: “Conhecimento novas amizades passamos a enxergar coisas que nem imaginávamos”. A estudante Eliane afirma que: “Me tornei mais confiante em minhas capacidades”. Compreendemos que, “o bom ensino deve ampliar a interação dos alunos com o objeto de conhecimento” (GLAT, 2007, p. 74).

A estudante Mariza pontua que: “A visão de mundo, de vida, me tornei um ser crítico. Aprendi a buscar outras fontes de pesquisas e não sair repetido as opiniões dos outros, feito papagaio”. E para o estudante Henrique o ingresso no ensino superior mudou: “[...] a elevação da auto-estima, aquisição de conhecimento e nova perspectiva de vida”. Já para a estudante Luiza foi: “Minhas expectativa de vida a forma de ver. O mundo, passei a ter uma nova visão. Do mundo, minha forma de pensar e agir.

Posso falar só teve o que acrescentar Em minha vida, sou uma nova pessoa., os novos conhecimentos me Fizeram crescer como profissional”. Na ótica do estudante Luis foi: “A partir do ingresso na vida acadêmica, pude notar como nossa cidade não oferece estrutura e segurança para pessoas com deficiência. Redobrei a atenção em calçadas, no transporte público acessível e na estrutura da instituição a qual estava inserido”.

Quando questionamos aos estudantes sobre quais os benefícios dessa inclusão na sua vida pessoa, 33,3% estudantes entrevistados pontuam a qualificação profissional como maior benefício. E 11,1% dos entrevistados não responderam ao questionamento.

Gráfico 12: Benefícios da inclusão no Ensino Superior



Fonte: MARQUES & RIOS, 2017.

Frente ao exposto, percebemos que:

Hoje, com os avanços relativos ao papel da educação na construção e exercício da cidadania de todas as pessoas e com a importância que se atribui à educação continuada, somos levados a discutir o papel das Universidades para garantir a presença e participação de pessoas com deficiência nos seus quadros docente, discente e de funcionários não docentes. (AMARAL *et. al.*, 1998, p. 2)

Ao questionarmos aos estudantes se após a conclusão de sua graduação estes pretendiam seguir a diante nos estudos, 88,8% dos entrevistados afirmaram que pretendem seguir estudando. O estudante Henrique afirmou que: “Sim! Não só pretendo, como logo após a graduação dei inicio a uma especialização que já estou concluindo,

estou cursando a segunda e pretendo fazer o mestrado e seguir estudando”. A estudante Luíza afirma que: “Sim pretendo continuar, ser mestra que é um dos meus sonhos”.

O estudante Luiz afirmou que:

Pretendo seguir estudando. É fundamental a especialização e o mercado enxerga com bons olhos. Na realidade, a pessoa com deficiência é duplamente cobrada em suas aptidões numa entrevista de emprego, por exemplo. É perceptível que ainda existem alguns recrutadores que sobrepõem a limitação física dos talentos que o candidato especial tem. Dessa forma, pretendo seguir estudando e me capacitando para dar mais um passo no objetivo pessoal.

O estudante Augusto pontuou que: “sim, atualmente estou concluindo o mestrado”. E a estudante Verônica afirmou que: “Nunca paro de estudar!”. Em contrapartida a estudante Mariza é mais ponderada mediante o assunto, afirmando que: “Ainda não sei. Estou vivendo uma coisa de cada vez”. Infelizmente o estudante Willians afirma que: “Sim... Pretendia! Mas pela qualidade de ensino vivida na instituição que estudou acabou desisti”.

Compreendemos que no processo inclusivo não só a pessoa com deficiência é beneficiada, mas todos os indivíduos que estão envolvidos neste processo educacional são beneficiados com o mesmo. (DUARTE *et al.*, 2013, p. 292). Frente a ao exposto, entendemos que a convivência com a diversidade humana contribui para o desenvolvimento gradual de todos os indivíduos independentes de limitações ou não.

Essas relações são de suma importância para a formação de uma sociedade contemporânea humanizada que valorizar o cidadão independentemente de suas particularidades e características que o diferem, mas que compreende que a inclusão é uma questão do reconhecimento dos direitos enquanto cidadão dos estudantes com deficiência, e não um favor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da premissa que a inclusão fundamenta-se no reconhecimento do direito a diferença, a multiplicidade presente e constituinte de nossa sociedade (Silva, 2000). Percebemos que a inclusão no ensino superior ainda enfrenta dificuldades, sobretudo, na adequação estrutural das instituições de ensino superior, assim como na compreensão de alguns gestores e professores que não foram preparados para essa realidade. Tendo em vista que “os profissionais que atuma com tais pessoas também não constituem um grupo homogêneo, nem como profissionais, nem como pessoas. (Amaral, 1994)

A sociedade não foi “preparada” para essa convivência, que vem crescendo gradualmente nos últimos anos, e que tendo a aumentar cada vez mais. Tendo em vista que “A inclusão da pessoa com deficiência não decorrerá apenas de sonhos e leis, mas de atitudes que firmem uma opção concreta de vida” (Garcia, 2006).

É preciso compreender que abrir vagas, e implementar políticas afirmativas que colaborem com o ingresso de estudantes com deficiência no ensino superior não são suficientes para garantir a inclusão de fato. Tendo em vista que esse processo inclusive demanda investimento e comprometimento de várias esferas tanto dentro como fora da academia.

Faz-se necessário o investir na formação continuado dos profissionais do ensino superior a fim de corroborar para o processo inclusivo não apenas no que corresponde ao atendimento equiparado dos estudantes nesse processo, mas como multiplicadores de ações que contribuam para minimizar as barreiras atitudinais, sobretudo, o preconceito velado existente nas instituições de ensino. Reconhecendo assim que “a pessoa com deficiência não é inferior aos seus pares, apenas apresenta um desenvolvimento qualitativamente diferente e único”. (Marques, 2001)

A inclusão no ensino superior vai muito além da mera realização de um sonho, pois ultrapassa a realização pessoal e complementa-se como uma oportunidade de nova perspectiva de vida, que se inicia com a profissionalização/qualificação para o trabalho possibilitando assim o rompendo de inúmeros paradigmas, ao permitir que a pessoa com deficiência adentrando em espaços que antes eram impossibilitados de freqüentar, desenvolvendo-se como cidadão de fato e direito, competente e capaz.

REFERÊNCIAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Manual de recepção e acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência a empreendimentos e equipamentos turísticos**. 2 ed. São Paulo, 2006.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 9050: **acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2004. 97 p. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/corde/arquivos/ABNT/NBR9050-31052004.pdf>. Acesso em: 20/06/ 2017.

AMARAL, L.A. Pensando alguns fatores psicológicos. In: **Pensar a Diferença/Deficiência**. Brasília: Editora Cordes. 1994. p. 19-25.

AMARAL, Lígia Assunção. **Pensar a diferença/deficiência**. Brasília: Corde, 1998.

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência**. UNESP, Marília. SP, 2001.

ARAÚJO, Eliane Aparecida Campanha. **Deficiência mental, suporte comunitário e transição para o trabalho**. Araraquara, SP: Junqueira&Marin; Brasília, CAPES, PRODOC, 2008.

ARROYO, M. G. (2000). **Imagens quebradas- trajetórias e tempos de alunos e mestres**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Porto: Edições 70, 2006.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL, **Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação *in loco* do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)**, 2013. Disponível em: <http://www.unifalg.edu.br/forplad/sites/default/files/referenciais.pdf>>. Acesso em: 20/06/ 2017.

BRASIL. **Lei n. 4.024/61, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1961.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRITO, Antonia Edna. **Fundamentos Teóricos-Metodológico da Pesquisa I**. UFPI/UAPI, 2009. 75P.

CALADO, Vânia Aparecida. **Propondo uma Política da USP Referida à Deficiência**. www.cecae.usp.br/usplegal/quem/Propondo_uma_Política_da_USP_Referida_à_Deficiência.htm>, Acesso em: 20/06/ 2017.

CAMPOS, Douglas Aparecido de; MELLO, Maria Aparecida. **Inclusão: acesso e permanência no ensino superior brasileiro**. Políticas Educativas, Porto Alegre, V.5, n.1, p. 15-31, 2001.

CARVALHO, Rosita Elder. **Temas em educação especial**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: WVA Editora, 2000.

CASTRO, S. F.; MOREIRA, L. C.; ALMEIDA, M. A. FREITAS, S. N. Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino superior: UFSM, UFPR E UFSCAR. In: **III Congresso Brasileiro de Educação Especial**. São Carlos, pp. 01-09, 2008.

CHAHINI, Thelma Helena Costa; SILVA, Silvana Maria Moura da. Os desafios do acesso e da permanência de alunos com deficiência visual nas instituições de educação de São Luís/MA. In: SILVA, Marilete Geralda da. **Faces da inclusão**. São Luís, EDUFMA, 2010.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007

DIAS SOBRINHO, J. **Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão**. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, out.-dez. 2010. Disponível em

DUARTE, Emerson Rodrigues; RAFAEL, Carla Beatriz da Silva; FILGUEIRAS, Juliana Fernandes; NEVES, Clara Mockdece; FERREIRA, Maria Elisa Caputo. **Estudo de caso sobre a inclusão de alunos com deficiência no ensino superior**. Revista Brasileira Educação Especial, Marília, v. 19, n. 2, Abr-Jun, 2013.

GLAT, Rosana. **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

GOFFREDO, V. F. S. Integração ou segregação: o discurso e a práticas das Escolas Públicas da Rede Oficial do Município do Rio de Janeiro. Revista Integração, 2005.

GOMES, M. F. C.; LIMA, P. A. L. Inclusão e exclusão: a dupla face da modernidade. In: **Seminário Internacional Sociedade Inclusiva**, 4., 2006, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: 2006. p. 16.

GRACIA, F. A. (coord.) **Deficiência com eficiência: dos direitos da pessoa portadora de deficiência**. São Paulo (SP): OAB-SP, 2006.

ISAIA, S. M. A. Aprendizagem docente como articuladora da formação e do desenvolvimento profissional dos professores da Educação Superior. In: Engers, M. E.; Morosini, M. (Org.). (2007). **Pedagogia Universitária e Aprendizagem**. (1a ed). Porto Alegre: EDIPUCRS, v. 2.

LIMA, F. J. de.; SILVA, F. T. dos S. Barreiras atitudinais: obstáculos à pessoa com deficiência na escola. In: (org.) SOUZA, O. S. H. **Itinerários da Inclusão Escolar: múltiplos olhares, saberes e práticas**. Porto Alegre: AGE, 2008.

LOPES, Maura Corcini. Políticas de inclusão e governamentalidade. In: **Educação & Realidade**, Dossiê Governamentalidade e Educação, v. 34, n. 2, p. 153-170, Mai/Ago 2009, Ed FACE/UFRGS, Porto Alegre.

MACEBO, Denise. **“Universidade para Todos”**: a privatização em questão. Campinas, São Paulo: Unicamp. Revista Proposições. V. 15, 3(45) set/dez. 2004. p. 7589.

MAGALHÃES, R. C. B. P.; COSTA, M. P. R. **Classes especiais para deficientes mentais na representação de professores**. Educação: teoria e prática. (Revista do Departamento de Educação da UNESP), , Rio Claro, v. 8, n.14/15, p. 19 – 32, 2000.

MANTOAN, M, T, E. (Org.). **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

- MANZINI, E. J. **Análise de artigos da Revista Brasileira de Educação Especial (1992-2002)**. Revista Brasileira de Educação Especial. Marília: Unesp, v. 9, n. 1, p. 13- 23, 2006.
- MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 1992. p. 43,44.
- MARCONI, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Mara. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MARQUES, L. P. **O professor de alunos com deficiência mental: concepções e prática pedagógica**. Campinas: Editora UFJF, 2001.
- MATOS, K, S, L; VIERA, S, V. **Pesquisa Educacional O Prazer De Conhecer**. Fortaleza: Demócrito Rocha 2001.
- MENDES, Enicéia Gonçalves. Concepções atuais sobre Educação Inclusiva e suas implicações políticas e pedagógicas. In: MAQUERZINE, M. C.; ALMEIDA, M. A; & TANAKA, D. O. (Orgs.): **Educação Especial: políticas e concepções sobre deficiência**. Londrina: EDUEL, p. 25-41, 2002.
- MOREIRA, L. C. (Org.). **O Respeito à Diversidade e ao Aluno com Necessidades Educativas Especiais**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2000, 17p.
- OLIVEIRA, A. S. S. A Alunos com **deficiência no ensino superior: subsídios para a política de inclusão da UNIMONTES**. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, 2011.
- ONU - Organização das Nações Unidas. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, 2006. Brasília: ONU, 2006.
- PERINI, T. Í. **O processo de inclusão no Ensino Superior em Goiás: a visão dos excluídos**. 2006. 121f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação Faculdade de Educação, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2006.
- ROCHA, T. B.; MIRANDA, T. G. **Acesso e Permanência do Aluno com Deficiência na Instituição de Ensino Superior**. Revista Educação Especial. v. 22, n. 34, p. 197-212, maio/ago. 2009.
- SASSAKI, R. K. **Inclusão construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 2005.
- SILVA JÚNIOR, Bento Selau da; HAMMES, Lúcio Jorge. **Inclusão de cegos na educação superior: algumas estratégias para superação de obstáculos**. XANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014.
- SILVA, T. T.da (org.) **Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SILVA, Lázara Cristiana da; RODRIGUES, Marilúcia de Menezes. **Acesso ao Ensino Superior: os nós das políticas de incluso educacional e as pessoas com deficiências**. UFU, Uberlândia-MG, 2006.

SKLIAR, Carlos. **A invenção e a exclusão da alteridade “deficiente” a partir dos significados da normalidade**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 15-32, jul./dez. 1999.

UNESCO. Declaração de Salamanca e Enquadramento da acção nas áreas das necessidades educativas especiais. In: **Conferência Mundial sobre necessidades educativas especiais: acesso e qualidade**. Salamanca, Espanha, 7-10 de Jun.1994.

UNESCO. **Declaração mundial de educação para todos**. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Tailândia, 1990.

VALLE, T. G. M.; MAIA, A. C. B. **Aprendizagem e comportamento humano**. São Paulo: Cultura acadêmica, 2010.